

## A “democracia participativa e protagônica” venezuelana: os pesquisadores e as representações pela *Veja*\*

**Queila Amaro Rodrigues da Silva**

Mestranda em História pela  
Universidade Severino Sombra  
[queila.ar@hotmail.com](mailto:queila.ar@hotmail.com)

**RESUMO:** Diversos países da América Latina têm experimentado transformações políticas nas últimas décadas. É o caso, por exemplo, da Venezuelana, onde Hugo Chávez vem buscando implementar a “democracia participativa e protagônica” – proposta que visa ampliar a participação popular para além dos mecanismos da democracia tradicional. Este artigo visa analisar como a democracia chavista vem sendo percebida no âmbito acadêmico e como tem se dado suas representações pela revista *Veja* no período de 1998 a 2002.

**PALAVRAS-CHAVE:** Venezuela, “Democracia participativa e protagônica”, Revista *Veja*.

**ABSTRACT:** Several Latin American countries have experienced political transformations in recent decades. This is the case, for example, where the Venezuelan Hugo Chavez has been trying to implement "participatory democracy" - a proposal that aims to expand popular participation beyond the traditional mechanisms of democracy.

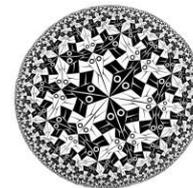
**KEYWORDS:** Venezuela, Participatory democracy, *Veja* magazine.

### Introdução

As transformações ocorridas durante as últimas décadas em diversos países da América Latina têm suscitado interesse crescente na historiografia brasileira. É o caso, por exemplo, da Venezuela. Após a independência, alguns governos ditatoriais e o período democrático liberal durante o qual vigorou o *Pacto de Punto Fijo*, o país se insere hoje nesta série de mudanças que ora ocorrem. O *Pacto* marcou um momento importante da história do país e se caracterizou por uma política de conciliação: as principais forças políticas nacionais – AD e Copei –, apoiadas por setores como a Igreja Católica, as Forças Armadas, o CTV (Confederação de Trabalhadores da Venezuela) e grandes empresários petroleiros, uniram-se contra a ditadura com o propósito de controlar o aparelho do Estado alternando-se no poder de 1958 a 1998. O movimento, que trouxe estabilidade política e consenso inter-elites, caiu em razão de suas deficiências: “fueram

---

\* Nota dos editores. O artigo da mestranda Queila Amaro Rodrigues da Silva nos foi enviado na data de 06 de agosto de 2012, isto é, antes da morte de Hugo Chávez. A autora escreveu todo o seu artigo se referindo ao político no tempo verbal do presente. O Conselho Editorial da Revista *Temporalidades* optou por manter o tempo verbal da mesma forma, resguardando dessa maneira, as ideias da autora.



ellas: el excesivo centralismo, la desigualdad socioeconómica, la partidización de instituciones y decisiones, la corrupción administrativa”<sup>1</sup>. O descrédito popular e a insatisfação que se seguiram contribuíram para a eleição de Hugo Chávez, candidato que apregoava a ruptura com o sistema vigente. A política alternativa chavista, circunscrita na “Revolução Bolivariana” e na “democracia participativa e protagônica”, vêm motivando acirrados debates e muitos oponentes têm se levantado dentro e fora do país: a imprensa é um deles. No Brasil, a revista *Veja* se destaca pela importância que detém no cenário da imprensa nacional e pela maneira como aborda o assunto em questão. Longe de ser um agente neutro, ela se configura como sujeito ativo no processo histórico criando representações onde a construção textual tem a finalidade de transformar interpretações em fatos produzindo, assim, um simulacro sedutor da realidade.

Fazer uma análise das representações da democracia participativa apresentadas pela revista *Veja* bem como da influência dessas representações na formação da opinião pública brasileira é o objetivo deste artigo. *Veja* apresenta a democracia representativa – que eles vão chamar de “a mais duradoura da América Latina”<sup>2</sup> – como a única viável e plenamente exequível, o contrário equivale, no seu dizer, a “retrocesso democrático”. Começamos com o que se tem produzido no meio acadêmico para, seguidamente, observarmos as representações construídas pela referida revista brasileira. A democracia participativa tem sido estudada por profissionais de diversas áreas – sociólogos, cientistas políticos, historiadores, sendo percebida de forma diferenciada. Separamos alguns deles na tentativa de apresentar as várias opiniões que cercam o assunto em análise criando, assim, um panorama geral que visa facilitar nossa compreensão.

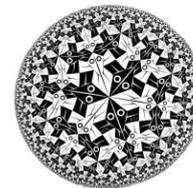
### **A “democracia participativa e protagônica” nas produções acadêmicas**

A “democracia participativa e protagônica” caracteriza-se pela busca da ampliação da participação popular para além dos mecanismos da democracia representativa. Em oposição à democracia tradicional, onde a participação se limita quase que exclusivamente a indicar por meio do voto aqueles que ficarão encarregados de representar o povo, este modelo visa criar cidadãos politicamente ativos. Neste sentido, foram criados os referendos – divididos em *consultivo*, *aprobatorio*, *abrogatorio* e *revocatorio* –, os plebiscitos e as instâncias de poder popular (os conselhos comunais, as milícias de defesa da Revolução Bolivariana e as comunas).

---

<sup>1</sup> NEIRA FERNÁNDEZ, Enrique. *Venezuela: IV<sup>a</sup> y V<sup>a</sup> Repúblicas (1958-2006)*. Mérida – Venezuela: Talleres Gráficos Universitários, ULA, 2006, p. 110.

<sup>2</sup> *Veja*, 1999, ed. 1614, p.55.



Analisando o projeto chavista a partir da democracia participativa, as historiadoras Prado, Soares e Colombo<sup>3</sup> viram duas faces de uma mesma moeda: uma positiva e outra negativa. Do lado positivo a criação da Lei dos Conselhos Locais de Planejamento Público e dos Conselhos Comunitários de Água; o primeiro destinado à participação popular na formulação, execução e controle da gestão pública e o segundo a organização, ao controle e à supervisão das empresas hidrográficas do país por gestores comunitários – como se vê o objetivo destas medidas foi produzir a extensão da participação popular. A face negativa, o outro lado da mesma moeda, deve-se ao fato de que a democracia participativa enfraquece as instituições representativas e torna vulnerável a participação popular aos arbítrios de seu dirigente, já que o povo torna-se conveniente às vontades presidenciais na medida em que substitui o aval dos poderes Legislativo e Judiciário na promulgação de diversas leis. Na perspectiva das autoras a democracia participativa se constitui uma ambiguidade.

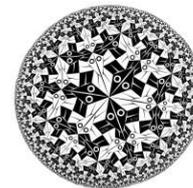
Deve-se considerar, contudo, que as transformações na cultura política<sup>4</sup> e os processos de inclusão da maioria pobre como protagonista do sistema político são, ao mesmo tempo, o que mais importante ocorreu na Venezuela em termos de conquista democrática e causa principal do rechaço ao governo Chávez, já que estas medidas são vistas pelas elites como uma ameaça aos seus privilégios: a inclusão das classes empobrecidas representou perigo aos seus interesses. Muitos desses opositores são empresários e vários deles adotaram como medida o enfrentamento através dos meios de comunicações os quais vêm sendo utilizados para denunciar o governo.

Edgardo Lander reconhece na democracia participativa a força motriz do projeto político chavista: “El eje principal del planteamiento del chavismo es la idea de la democracia participativa. Se reivindica la noción de outra democracia, diferente a la democracia liberal, que considera agotada”<sup>5</sup>. A inclusão das massas representa oferecer-lhes o direito de participação na história de seu país. Entretanto, reconhece que o modelo idealizado por Chávez, embora parta da

<sup>3</sup> PRADO, Maria Ligia; SOARES, Gabriela Pellegrino; COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a democracia na América Latina*. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

<sup>4</sup> De acordo com Norberto Bobbio, no seu “*Dicionário de Política*”, cultura política, grosso modo, corresponde a um conjunto de normas, crenças e atitudes de uma determinada sociedade em relação aos fenômenos políticos. Em René Rémond “O que se chama de cultura política, e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política; é um poderoso revelador do *ethos* de uma nação e do gênio de um povo”. Maiores informações ver: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PAQUINO Gianfranco. *Dicionário de Política*. Trad. Carmem C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, pp. 306-308.

<sup>5</sup> LANDER, Edgardo. “Izquierda y populismo: alternativas al neoliberalismo en Venezuela”. In: RODRÍGUEZ GARAVITO, César et al. (editores). *La nueva izquierda en América Latina: sus orígenes y trayectoria futura*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005, p. 117.



crítica à democracia liberal e representativa, ainda a mantém em seu bojo somente complementando-a com mecanismos de participação popular. De fato, a “democracia participativa e protagônica” mantém elementos da democracia tradicional, a proposta, todavia, não é extinguir o caráter representativo, mas aprofundá-lo com mecanismos de participação, de justiça e igualdade social. Conceitos como soberania popular, que na democracia liberal e representativa é delegada a um governante, a quem o povo elege por meio do voto para que represente os seus interesses, retomam agora sentido fundamental e imprescindível na preservação da autodeterminação dos povos. Tendo em mira a justiça social, conceito que se opõe ao de bem comum<sup>6</sup>, próprio da democracia tradicional, o Estado, proprietário e gestor dos ganhos obtidos, busca reduzir as desigualdades sociais e redistribuir de forma equitativa a renda. Em relação às propostas alternativas o autor conclui:

No Ilega, sin embargo, este conjunto de políticas a constituir algo que pueda denominarse hasta el momento, con propiedad, un modelo de desarrollo alternativo o una opción clara al neoliberalismo. Estas políticas se dan en el contexto de las urgencias de coyunturas políticas en permanente movimiento. La implementación, con frecuencia, antecede la formación teórica. Dadas las condiciones de enfrentamiento político y la ausencia de fuertes núcleos empresariales dispuestos a apostar por un modelo de desarrollo endógeno, está poco clara la naturaleza de la articulación a futuro entre el conjunto de políticas que impulsa el estado y la actividad empresarial privada.<sup>7</sup>

Esta fala vai coincidir com a do jornalista e historiador Gilberto Maringoni: o chavismo é um processo em andamento, mergulhado nas incertezas do tempo presente e que se desenvolve em meio a uma conjuntura política complexa. A gestão de Chávez coleciona erros e acertos, conquistas e debilidades. Mesmo reconhecendo as conquistas do chavismo, dentre elas a inclusão das massas através da participação nos negócios relacionados ao bom funcionamento do país, o avanço na área social, na educação e na saúde, para ele o processo político chavista (eis aqui uma debilidade) não é totalmente claro: “[...] ele se apresenta vagamente como uma espécie de nacionalismo popular”. E: “Seus rumos são imprevisíveis”<sup>8</sup>. Ainda com respeito às debilidades, Maringoni destaca a ineficiência e corrupção do Estado, a manutenção do poder das classes dominantes, embora alijadas dos principais cargos do poder estatal, a inexistência de canais plenamente democráticos, a parca representatividade do movimento sindical e popular e

<sup>6</sup> Bem Comum se refere ao conjunto de serviços e benefícios (Segurança Pública, Saneamento, Saúde, Defesa Nacional, etc.) de interesse coletivo, os quais visam proporcionar facilidade de vida e conforto à sociedade, que se tornam possíveis mediante a contribuição dos cidadãos (impostos). Para tanto, o Estado deve estimular a iniciativa privada e respeitar a propriedade privada para que, gerando mais riquezas, aumente o recolhimento dos impostos e assim garanta a manutenção da prestação de serviços e benefícios.

<sup>7</sup> LANDER, Edgardo. “Izquierda y populismo: alternativas al neoliberalismo en Venezuela”, p. 134.

<sup>8</sup> MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 184.



problemas de cunho administrativos. O autor conclui dizendo que a eleição de governos com orientações esquerdistas e posicionamentos antiliberais em diversos países da América Latina nessas últimas décadas, não significou, até agora, alteração do modelo de desenvolvimento existente: nenhum deles “[...] mudou radicalmente os modelos de desenvolvimento então vigentes” e a economia Venezuelana, embora adote medidas que visam dirimir os problemas político-econômicos, “[...] mantém-se dependente das exportações de petróleo”<sup>9</sup>. Sem dúvida, a dependência petroleira é um problema a ser enfrentado e o governo reconhece isto. Para tanto, vem apostando no desenvolvimento endógeno – o qual tem como objetivo superar as desigualdades sociais e integrar a economia através da criação de redes e cadeias produtivas de comercialização e de consumo. O projeto nacional segue buscando diversificar a produção como forma de superar a dependência de exportação do petróleo.

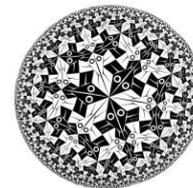
Sobre a relação entre democracia e desenvolvimento, estas são percebidas de formas diferentes pelas democracias participativa e representativa. Segundo a perspectiva chavista, é na expansão e fortalecimento da democracia que está à chave para o desenvolvimento. É preciso ampliar o direito de participação e de cidadania para que haja democracia de fato, pois democracia se faz *com* e *para* o povo. Esta é a condição *sine qua non* para o desenvolvimento: a criação “de mecanismos como voto, participação e controle social da gestão de recursos – [contribuem] para o desenvolvimento por meio do aumento da eficiência da Administração Pública e melhor atendimento das necessidades sociais”<sup>10</sup>. Neste sentido, foram criadas cooperativas e organizações (Conselhos Comunitários e Locais) – instituições democráticas de cunho participativo que atuam como organizações de poder descentralizadas. São instituições que, por melhor traduzirem as necessidades locais, podem contribuir para a formulação de políticas públicas junto à Administração. Na democracia representativa é o favorecimento do processo de desenvolvimento que resulta no fortalecimento da democracia. O poder está centralizado, restando ao cidadão uma participação restrita (que se restringe quase que exclusivamente ao poder de voto) em relação aos negócios da Nação.

Escrevendo para a *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, a historiadora Margarita López Maya<sup>11</sup>, no artigo “*Venezuela: Hugo Chávez y el Bolivarianismo*”, conclui que a

<sup>9</sup> \_\_\_\_\_. *A Revolução Venezuelana*, p. 185.

<sup>10</sup> MARTINS, Júlia Cadaval. Democracia e desenvolvimento econômico: relação de identidade, instrumentalidade ou contradição? *Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*. Curitiba, n° 1, p. 104, Ago-Dez, 2009, (grifo nosso).

<sup>11</sup> MAYA, Margarita López. Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Venezuela, v. 14, n° 3, pp. 55-82, sept.-dic. de 2008. Captado em: <<http://www.scielo.org.ve/pdf/rvecs/v14n3/art05.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2011.



Constituição de 1999 trouxe importantes avanços nos setores social (com a ampliação dos direitos humanos) e institucional (com a reafirmação da centralidade do Estado), entretanto, em vários aspectos, a CRBV<sup>12</sup> apenas reforçou e adequou itens da Constituição de 1961 às necessidades dos novos tempos. No geral, ela caracterizou-se como parte de um novo constitucionalismo latino americano que busca, através dos mecanismos próprios da democracia participativa, preservar os direitos presidenciais: significa dizer que a nova Constituição manteve, e até mesmo ampliou, as prerrogativas presidenciais. Por último, ressalta que os ingressos petrolíferos associados à distribuição das riquezas têm contribuído para a melhoria de vida da população pobre, todavia pondera que tal avanço se assenta sobre bases fracas, ou seja, se os ingressos petrolíferos caírem, toda esta estrutura despenca igualmente: “Cuando esta renta disminuya o no crezca suficientemente, se volverá a la condición real de un país sin capacidad de crear riqueza, y las fantasías se evaporarán”<sup>13</sup>. Na perspectiva de Enrique Neira Fernández Chávez faz o tipo “neo-populista carismático” e se vale da realidade de um Estado rentista e super-protetor como o venezuelano.

Sobre a “democracia participativa e protagônica”<sup>14</sup>, López Maya escreve que sua maior distinção em relação às democracias latino-americanas está na busca pela igualdade social como princípio fundamental da República. As políticas voltadas para este fim se diferem ainda pelo “peso fundamental da mudança (que) se situa no cidadão organizado e sua comunidade, em sua capacidade de tomar as decisões e assumir as responsabilidades exigidas pela solução de seus graves problemas”<sup>15</sup>. Por se colocar na contracorrente do pensamento hegemônico mundial, esta nova proposta de abordagem para os problemas de exclusão e injustiça social, tidos como estruturais, tem sido vista com desconfiança e até aversão pelos grupos e atores sociais hegemônicos. *Por ahora*, a democracia participativa é um horizonte a ser alcançado e para isto há obstáculos e desafios os quais precisam ser vencidos.

Para o alemão Raúl Zelik<sup>16</sup>, doutor em ciência política, a democracia participativa, engendrada e defendida por Chávez, insere-se num contexto mais amplo cuja essência é

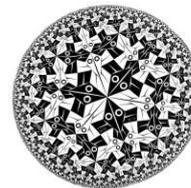
<sup>12</sup> CRBV: *Constitución de la República de Venezuela*.

<sup>13</sup> MAYA, Margarita López. Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo, p. 79.

<sup>14</sup> MAYA, Margarita López. O governo de Chávez: democracia participativa e políticas sociais. In: *Luta Hegemônica na Venezuela – a crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez*. Tradução de Flávio Benedito do original castelhano *Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio*. 2ª ed., Caracas: Alfadil, 2005. Captado em: <[http://www.iela.ufsc.br/uploads/uploadsFCkEditor/File/venezuela\\_margarita.pdf](http://www.iela.ufsc.br/uploads/uploadsFCkEditor/File/venezuela_margarita.pdf)>. Acesso em: 03 jul. 12.

<sup>15</sup> MAYA, Margarita López. O governo de Chávez: democracia participativa e políticas sociais. Captado em: <[http://www.iela.ufsc.br/uploads/uploadsFCkEditor/File/venezuela\\_margarita.pdf](http://www.iela.ufsc.br/uploads/uploadsFCkEditor/File/venezuela_margarita.pdf)>. Acesso em: 03 jul. 12.

<sup>16</sup> ZELIK, Raúl. ¿“Socialismo del siglo XXI” o viejo centrismo estatal? Una lectura disidente de las transformaciones en Venezuela. *Revista del Departamento de Ciencia Política*, Universidad Nacional de Colombia, Sede Medellín, Forum n°



contraditória. Apesar da criação de diversos mecanismos que visam ampliar a participação popular e os programas de assistência social à população, o chavismo declara-se amigo de Cuba e demais países pouco afeiçoados à democracia. Atitudes como estas não invalidam o que tem sido feito no país em direção à inclusão e à ampliação da participação, todavia reflete contradição quanto à tomada de posicionamento: seria como dizer-se democrático e ao mesmo tempo admirador de políticas antidemocráticas.

Como se pôde observar, as opiniões se divergem: há autores antichavistas, pró-Chávez e ainda os que buscam uma análise ponderada que resulta do estudo aprofundado do contexto endógeno e exógeno. *Veja*, como veremos mais adiante, se encaixa numa postura eminentemente antichavista. Como defensora do capitalismo, a revista se utiliza de diversas estratégias como forma de combate a qualquer possibilidade, por menor que seja, de alternativa a esse sistema. Para tanto, lança mão de artifícios tais como a ironia, conceitos “sobre os quais há pouca reflexão mas muito sentimento”<sup>17</sup>, termos pejorativos e a ilusão de consenso a respeito de uma determinada ideia, opinião ou assunto. Estes são apenas alguns dos subterfúgios utilizados pela imprensa no sentido de combater aquilo que considera inadequado ou incompatível com a ideologia que defende. Logo, o chavismo vem sendo rechaçado não apenas pela imprensa interna, mas externa também.

### **As representações pela *Veja* e o emprego de artifícios discursivos**

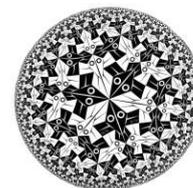
As representações exibem particularidades que precisam ser analisadas levando em conta fatores tais como *quem fala, por que fala e pra quem fala*. É preciso que a “leitura das entrelinhas (...) ultrapasse a intencionalidade imediata do registro” e que eles sejam pensados “não como o real, mas como parte do real, produzidos segundo determinados interesses e valores”, orienta Vieira, Peixoto e Khoury<sup>18</sup>. Escolhemos *Veja* em razão do destaque que ela possui no cenário da imprensa nacional. Com uma tiragem semanal de mais de um milhão de exemplares, a revista pertence a um grande grupo econômico brasileiro – a Editora Abril – e contempla, principalmente, a classe média nacional. Criada em 1968 pelos jornalistas Mino Carta e Vitor Civita durante o governo de Costa e Silva, época da ditadura militar, ela caracterizou-se, a

---

1, pp. 13-34, enero-julio de 2011. Captado em: <<http://nemesis.unalmed.edu.co/forum/articulo1.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2011.

<sup>17</sup> SILVA, Carla Luciana. A “queda do muro” e a morte do comunismo em *Veja*. *Revista História e Luta de Classes*. Ano 6, edição nº 9, pp. 46-54, Jun/2010.

<sup>18</sup> VIEIRA, Maria do Pilar Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989, pp. 46 e 34.



princípio, por um enfoque predominantemente político. Hoje ela conta com uma variada gama de assuntos que vão desde os político-econômicos (“Economia e Negócios”, “Brasil” e “Internacional”, por exemplo) até aos socioculturais (“Comportamento”, “Artes e Espetáculos”, “Educação” e outros), todos distribuídos e diagramados de maneira moderna. A revista é hoje não apenas a mais comprada no Brasil, é também uma das mais lidas do mundo. Os artigos selecionados para análise, um total de dez (10), todos disponíveis no acervo digital<sup>19</sup> da revista, abarcam o período de 1998 a 2002 que compreendem, respectivamente, o ano da eleição de Hugo Chávez à tentativa de golpe<sup>20</sup>. A tabela abaixo tem a finalidade de mostrar em detalhes as fontes estudadas, o ano da publicação, a edição e a paginação.

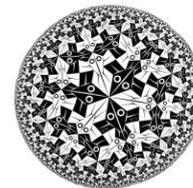
**Tabela 1** – Artigos da revista *Veja*<sup>21</sup>

<b>MATERIAL - ARTIGOS REVISTA VEJA</b>	<b>EDIÇÃO</b>	<b>NÚMERO</b>	<b>ANO</b>	<b>PÁG.(S)</b>
1º-Vitória da boina	1577	50	1998	68-70
2º- O poder moral - Chávez faz demagogia e adia medidas concretas	1610	53	1999	53
3º- Chávez, o demolidor	1612	34	1999	55
4º- Bananal planetário	1613	35	1999	161
5º- O trator avança	1614	36	1999	54-55
6º- A lei de Chávez	1626	48	1999	68-69
7º- A lei da boina	1629	51	1999	41
8º- Democracia, pero no mucho	1649	20	2000	54-55
9º- O charlatão bolivariano	1707	26	2001	62-65
10º- Chávez, o “Neoliberal Selvagem”	1739	07	2002	52

<sup>19</sup> <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>.

<sup>20</sup> Nosso enfoque esteve apenas no discurso – visto não trabalharmos com a análise de imagens – e como, através dele, se deu a representação da “democracia participativa e protagônica”.

<sup>21</sup> Os artigos listados na Tabela 1 foram coletados do acervo digital da Revista *Veja*. Como não foi possível saber o escritor de todos os artigos, visto não ter sido possível identificá-los na revista, principalmente quando este compunha a seção “Internacional”, optamos por trazer a informação à parte: o quarto artigo foi escrito por Diogo Mainardi, o sexto por Rogério Simões, o oitavo por Ricardo Amorin e o décimo por Raul Juste Lores.



Analisando os artigos foi-nos possível perceber larga referência a termos como ditador, populista, golpista e caudilhistas, entre outros. Estes foram empregados sempre em tom pejorativo e em associações com outros termos que remetiam a interpretações particulares. Comparações depreciativas do tipo “versão tropical de Kadafi” (ditador deposto do governo da Líbia em 2011) e “Robim Hood latino-americano” também foram recorrentes. Notificamos ainda casos claros de sarcasmo como “o boina-vermelha” e “alma penada pré-globalização”. Ainda com relação aos termos, observamos que foram usados de forma indiscriminada.

Nos três primeiros artigos o chavismo foi descrito como uma proposta vagamente definida e forjada por alguém pouco confiável: a personalidade de Hugo Chávez, que espertamente se aproveitou da insatisfação popular e da corrupção que lhe antecedeu para chegar ao poder, foi associada ao golpe de 1992. Ainda nestes (embora este não seja o tema principal do nosso artigo) foi categoricamente enfatizado que o presidente liderou “dois sangrentos” golpes de Estado: no segundo artigo<sup>22</sup> disseram que ele “tentou dois golpes de Estado no início da década de 90”; no terceiro<sup>23</sup> escreveram: “Chávez tentou dois golpes sangrentos de Estado em 1992, dos quais não se arrepende” e ainda o quinto e o sétimo artigos<sup>24</sup> reafirmaram que Chávez liderou “duas cruentas tentativas de golpe de Estado”. É de monta rever os fatos.

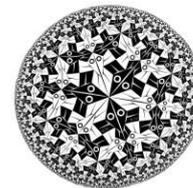
O segundo mandato de Andrés Pérez (1989-1993) foi marcado por intensa agitação. Ainda em seu primeiro ano (1989) houve, em resposta ao memorando firmado com o FMI, um levante popular que mais tarde ficou conhecido como *El Caracazo*<sup>25</sup>. Durante a década de noventa, mais três sublevações sacudiram seu governo: uma, em novembro de 1991, contra a alta do custo de vida, cujo enfrentamento com a polícia resultou em cerca de vinte mortes e duas em 1992; a primeira em fevereiro quando oficiais do Exército, liderados pelo até então desconhecido tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frías, tomaram a base aérea Francisco de Miranda com o

<sup>22</sup> *Veja*, 1999, ed. 1610, p. 53.

<sup>23</sup> *Veja*, 1999, ed. 1612, p. 55.

<sup>24</sup> *Veja*, 1999, ed. 1614, p. 55 e *Veja*, 1999, ed. 1629, p. 41.

<sup>25</sup> O acordo de Pérez com o FMI (Fundo Monetário Internacional) buscando resolver o problema econômico envolveu o aumento de preço dos produtos básicos, o congelamento dos salários, a liberação de preços, redução dos gastos públicos, desvalorização da moeda nacional e, somado a isso, elevou ainda mais as taxas de juros, além de um reajuste de 100% na gasolina, o que, obviamente, resultou num novo ajuste de preço para os serviços de transporte público. A situação tornou-se insustentável. O resultado foi o início de um protesto em Caracas, capital do país, que mais tarde ficou conhecido como *El Caracazo*. A revolta tomou proporções consideráveis e dentro de poucos dias várias cidades aderiram às manifestações, ao que Maringoni (2009, p.72) faz uma crítica dizendo que este nome “(...) não faz jus às suas dimensões nacionais (...)”. Em resposta, o governo suspendeu as garantias constitucionais, ordenou o toque de recolher e a repressão militar. Brutalmente reprimida, a insurreição, que durou cinco dias, deixou um saldo de mortos que até hoje permanece uma incógnita.



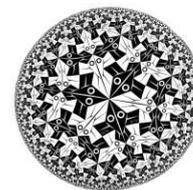
objetivo de tomar o governo<sup>26</sup> - o movimento fracassou, provavelmente após ter sido delatado, e Chávez ficou preso por dois anos sendo anistiado somente no governo de Caldera; e a segunda em novembro – uma nova tentativa de golpe liderada pela Força Aérea. Até hoje não há comprovação de que esta segunda tentativa de golpe tenha sido liderada por Hugo Chávez, embora as ideias que moveram tal ação estivessem em sintonia com as propaladas por ele. O próprio presidente nunca assumiu a responsabilidade deste ato, o que fez com relação ao dia 04 de fevereiro. No âmbito acadêmico não há menção aos possíveis responsáveis pela tentativa. *Veja* não apresenta nestes artigos nenhuma exposição sobre o segundo ocorrido, tampouco elementos que comprovem Hugo Chávez como seu mentor. Todavia, afirma categoricamente que as duas tentativas tenham sido organizadas por Chávez. Trata-se, é claro, de introjectar uma ideia que, embora careça de comprovação, é perfeitamente capaz de produzir um simulacro da realidade – ou ainda uma representação que satisfaça aos seus interesses – e, conseqüentemente, influenciar a opinião pública. A repetição de uma determinada informação é, na verdade, parte de uma estratégia jornalística. Isto faz lembrar uma máxima atribuída a Paul Joseph Goebbels, ministro da propaganda nazista no governo Hitler, que dizia: “uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”.

A crítica chavista à democracia eminentemente representativa e o projeto alternativo de expansão da participação popular através da “democracia participativa e protagônica”, são associadas às práticas ditatoriais, atitude, no mínimo, controversa. Logicamente, isto não é gratuito. *Veja*, assim como a maioria dos meios de comunicação, assume a postura e o discurso dos opositores de Chávez que o acusam de ditador já que, supostamente, ele deu um golpe contra o regime constitucional vigente de 1958 a 1998 – o *puntofijismo*. Nas palavras do colunista brasileiro Diogo Mainardi, escritor do artigo “Bananal Planetário”, a extensão da participação popular para além dos mecanismos tradicionais colocou em curso o processo de retrocesso da democracia. Para o jornalista o exercício da democracia tende a se degenerar cada vez mais devido à falta de “cultura democrática” do povo venezuelano: os que opinam – conclui – são meros “palpiteiros” que não tem capacidade para escolherem nada.

(...) nos próximos anos o exercício da democracia tende a se degenerar cada vez mais, tomado por uma espécie de frenesi plebiscitário. Culpa desse instrumento nefasto que é a pesquisa de opinião. Ela exacerba o poder da maioria, esmagando todo o resto. (...) Qualquer pessoa se sente no direito de emitir

---

<sup>26</sup> A aliança cívico-militar que teve à frente o até então tenente-coronel paraquedista Hugo Chávez mais tarde ficou conhecida como MRB 200 (Movimento Revolucionário Bolivariano). As reuniões aconteciam sob sigilo rigoroso e tinham como meta discutir um novo modelo político e econômico para o país e a maneira como implantá-lo.



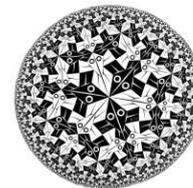
sentenças. Às vezes, os palpiteiros chegam a pagar para poder dar um voto telefônico.<sup>27</sup>

A associação feita logo acima, isto é, entre a degeneração do exercício da democracia ou ainda o seu retrocesso e a ampliação da participação popular, dá ensejo a uma análise sobre como a revista vem discorrendo a respeito do assunto. Não é preciso uma investigação minuciosa para atestar que se trata aqui de um paradoxo. O termo democracia, do grego *demos* – povo e *cracia* – governo, pode ser traduzido, grosso modo, em governo do povo ou governo que governa “para” e “com” o povo. Neste sentido, o que ocorre na Venezuela pode ser entendido como a tentativa de extensão do exercício da democracia e não o seu retrocesso. Quanto àqueles que o autor chama de “palpiteiros” e sem “capacidade” para uma escolha acertada, além de sua inclusão no processo político não invalidar o exercício da democracia, na democracia tradicional estes seriam os mesmos sujeitos encarregados de desempenhar a cidadania através do voto. Se o povo venezuelano tem falta de “cultura democrática”, para utilizar a fala do autor, não é a retração ou extinção da democracia participativa que solucionaria o impasse, mas, talvez, um trabalho de conscientização.

Em *Veja*, democracia participativa equivale a retrocesso democrático. Dar voz à população – permitir que o povo opine nos assuntos referentes à Nação – são fatores que, segundo a revista, colaboram para que a democracia sofra retrocesso. A revista justifica dizendo que o povo não tem instrução política suficiente para opinar e que por isso a democracia participativa não é capaz de apresentar resultados plausíveis, tampouco confiáveis. Os plebiscitos, modalidade que oferece aos venezuelanos a oportunidade de votar contra ou a favor de determinadas leis ou assunto de interesse nacional, é caracterizado pelo mesmo jornalista, como um instrumento nefasto sob cuja responsabilidade se encontra a degeneração da democracia venezuelana, já que o povo não tem “cultura democrática” para escolher qualquer coisa que seja. Aqui, como em outras partes, o sentido da palavra democracia é distorcido sendo até mesmo, em dado momento, empregado juntamente com o termo absolutismo, isto é, “absolutismo democrático”, uma associação, no mínimo, antagônica. Vale ressaltar que esta “associação e/ou oposição de ideias” faz parte da “tarefa de generalizar o projeto e de ocultar o interesse específico” da revista<sup>28</sup>. O ápice da distorção está em dizer que fomentar e recrudescer a participação popular provoca a retração do sistema democrático. Na verdade, o que a revista deseja incutir é que democracia autêntica e exequível é impreterivelmente “a mais duradoura da

<sup>27</sup> *Veja*, 1999, ed. 1613, p. 161.

<sup>28</sup> \_\_\_\_\_. *A pesquisa em História*, p. 56.



América Latina”<sup>29</sup> (se referindo a representativa) e que, portanto modelos alternativos, a exemplo do que o presidente venezuelano deseja implementar, não têm a mesma eficácia e, portanto, não merecem credibilidade.

No artigo “*Democracia, pero no mucho*”, Ricardo Amorim descreve a democracia venezuelana como uma fórmula esdrúxula, um tipo de infecção onde a vontade da maioria está acima da lei e da ordem. Segundo ele esta democracia patológica utiliza métodos em benefício próprio: o plebiscito que aprovou a Constituição – “costurada por Chávez sob medida” – foi a arma usada pelo presidente no sentido de se auto-promover como “pai-da-pátria” e propulsor de um “messianismo fardado”. O artigo lista alguns fatores responsáveis pelo surgimento do que o jornalista usou chamar de “*Democracia, pero no mucho*”. São eles: a “falência de uma estrutura política obsoleta, baseada na partilha do Estado entre os partidos tradicionais e corruptos; e a permanência da condição de miséria, exclusão social e dificuldade de adaptação à globalização”<sup>30</sup>. Na opinião do jornalista os plebiscitos levados a efeito têm como função amealhar poderes ditatoriais aproveitando-se da via eleitoral.

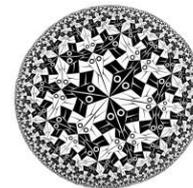
As visões a respeito da democracia participativa venezuelana, até aqui expostas, apresentam diferenças, contudo, ressaltamos que os pesquisadores a expressam embasados em estudos aprofundados, o que não observamos em *Veja*. Na revista é recorrente, por exemplo, a fala de que Chávez é populista, porém em momento algum é feito um balanço da situação anterior, ou seja, do contexto pré-Chávez. *Veja* busca introjetar no leitor não só a ideia de que Chávez é um político populista, mas que isto é algo extremamente ruim e prejudicial para a sociedade como um todo, já que o termo, utilizado de forma depreciativa, vem comumente associado à demagogia, à manipulação e ao engodo das massas. O uso “de conceitos genéricos, supostamente aceitos pelo interlocutor, visando obter o seu apoio”<sup>31</sup> tem como objetivo a construção de uma sociedade ideal.

A escrita da nova Constituição está entre as medidas que mais suscitaram debates dentro e fora do país. *Veja* se insurgiu contra ela de maneira contundente. Dos artigos separados para estudo, vários mencionaram o assunto. Um balanço geral da opinião de *Veja* em relação à nova Constituição, pode se resumir da seguinte forma: Chávez, estrategista e golpista, viu na escrita da nova Constituição a oportunidade de ampliar suas prerrogativas presidenciais através da adoção de medidas que tiveram como fim obter a maioria dos cargos eletivos e, destarte, se

<sup>29</sup> *Veja*, 1999, ed. 1614, p.55.

<sup>30</sup> *Veja*, 2000, ed. 1649, p. 55.

<sup>31</sup> VIEIRA, M. P. A.; PEIXOTO, M. R. C.; KHOURY, Y. M. A. *A pesquisa em História*, p, 55.



tornar, para usar as palavras do jornalista Ricardo Amorim, “senhor absoluto do Executivo, Legislativo, Judiciário e das Forças Armadas”<sup>32</sup>. O aprofundamento da democracia no sentido de fazê-la participativa e protagônica e o avanço social obtido a partir da ampliação dos direitos humanos prescritos na nova Constituição são ganhos notórios na opinião de López Maya, contudo, concorda que a criação e funcionamento dos mecanismos de democracia participativa favoreceram, na verdade, a preservação dos direitos presidenciais.

Depreende-se, segundo o que foi exposto até o presente momento, que a perspectiva defendida pelos pesquisadores estudados, ainda que em momentos exíguos se assemelhe as de *Veja*, deriva-se de um estudo minucioso da questão, estudo este que leva em conta fatores endógenos e exógenos (comparando, muitas das vezes, fatores que são comuns aos diversos países do continente latino-americano como, por exemplo, a dependência estrutural de que tratou as autoras Prado, Soares e Colombo). Esta visão associada ao diálogo entre fatores sociais, políticos e econômicos possibilita ao pesquisador em questão chegar a uma conclusão mais apurada. No caso de *Veja*, esta postura se caracteriza mais pela defesa ideológica que pela análise sistemática da questão. A apropriação e deturpação de diversos termos como se eles fossem de interpretação nacional tem o intuito de fazer com que opiniões divergentes pareçam anômalas – eis a tática. Em *Veja*, as explicações dão lugar aos sentimentos e a veracidade dos fatos à criação de simulacros da realidade.

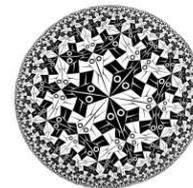
### **Considerações Finais**

Da análise empreendida, observamos que o antagonismo entre a revista estudada e o presidente venezuelano tem origem nas propostas destes dois atores sociais: ao passo que *Veja* propaga valores capitalistas e neoliberais, por meio do eufemismo de livre iniciativa, Hugo Chávez defende uma política eminentemente contrária a esses ideais. A primeira defende uma política de extrema direita, o segundo está voltado para uma orientação centro-esquerda e ambos disputam “corações e mentes”, poder e dominação<sup>33</sup>. As representações de Hugo Chávez em *Veja* resultam deste antagonismo. Tais representações caracterizam-se pela ausência de uma análise concreta e pelo claro enfrentamento a qualquer alternativa ou algo que soe como uma ameaça ao capitalismo – este apresentado como fluxo inerente da história, o ápice civilizacional. Como defensora e transmissora do capitalismo, atitude que fica evidente na edição especial de 30

---

<sup>32</sup> *Veja*, 2002, ed. 1739, p. 52.

<sup>33</sup> CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1998.



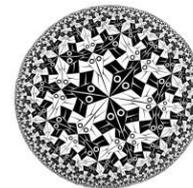
anos<sup>34</sup>, *Veja* se utiliza de diversas armas no combate a qualquer ação concreta que se oponha a este modelo. Neste sentido, busca minar a construção de qualquer possibilidade alternativa colaborando, intencionalmente, para o fortalecimento da supremacia capitalista.

A ampla utilização de diversos termos de forma indiscriminada e sem esclarecimento prévio e a consequente construção e difusão de uma memória que não está fundamentada em conhecimentos devidamente elaborados, devem ser compreendidas dentro do interesse da revista, isto é, o de introjetar no leitor a ideia que se deseja que ele tenha a respeito de algo ou assunto. Trata-se, na verdade, de associar à democracia participativa e ao chavismo como um todo, as mais diversas expressões negativas no intuito de influenciar a formação da opinião pública. A estratégia está em desqualificar sem discutir a proposta em questão.

Desta forma, ou seja, através do uso do discurso como ferramenta de interferência e de persuasão, *Veja* não apenas lança mão de artifícios no intuito combater ideais que lhe são contrários, mas colabora e influencia diretamente para a formação da opinião pública com relação à proposta chavista. A revista é o meio de ação através do qual visam atingir o pensamento, interferir na visão de mundo e construir a mentalidade. Mais que cooptar leitores e consumidores *Veja* objetiva angariar adeptos para uma causa específica, uma ideologia própria. Logicamente, uma ideologia que atende a interesses de segmentos políticos nacionais específicos. Começando na década de 90, mais precisamente com a eleição de Hugo Chávez em 98, uma “onda esquerdista” vem caracterizando o cenário político da América Latina. Discursos que denunciam o imperialismo norte-americano (modelo que *Veja* insiste em copiar), o modelo capitalista neoliberal, a democracia eminentemente representativa e as estruturas de poder de uma elite considerada corrupta estão sendo associados a práticas definidas como políticas alternativas, a exemplo do que Chávez vem propondo na Venezuela onde comprovadamente as elites – entre elas o empresariado ligado à mídia televisiva e impressa – tiveram seu poder de atuação na máquina estatal drasticamente reduzido. O medo de que modelos como estes sejam implantados no Brasil, onde a “onda esquerdista” teve início em 2002 com a eleição de Lula, levam *Veja* a

---

<sup>34</sup> A informação está na edição especial de 30 anos na seção “Ponto de Vista” que foi assinada por Roberto Civita, presidente da Revista. *Veja*, 1998, ed. 1569, p. 146. *Veja* nunca quis esconder sua postura e visão de mundo. A prova disto está no painel do hall do prédio da editora em São Paulo, na Marginal Pinheiro, onde se lê: “A Abril está empenhada em contribuir para a difusão da informação, cultura e entretenimento, o progresso da educação, a melhoria da qualidade de vida, o **desenvolvimento da livre iniciativa** e o fortalecimento das instituições democráticas do país” (grifo nosso). Maiores informações sobre o papel da revista e a posição que defende ver: HERNANDES, Nilton. *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização – uma análise semiótica*. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, São Paulo, 2001, 160 p. Captado em: <<http://niltonhernandes.sites.uol.com.br/veja.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2010.



qualificar tal modelo como esdrúxulo e patológico. Para isso concorrem as representações pela *Veja*.

As representações, como bem ressaltou Roger Chartier, fazem parte de um campo de concorrências e competições e “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam”<sup>35</sup>. Depreende-se, portanto, que as representações são o meio pelo qual os grupos procuram impor suas visões de mundo e a revista o *locus* onde isto se torna possível. A realidade social depois de apreendida é reconstruída e representada em *Veja* no sentido de fortalecê-la nas relações de poder e dominação. A construção textual utilizada atua no sentido de fazer com que interpretações pareçam fatos impulsionando seus leitores a determinadas crenças.

Sandra Jatahy Pesavento, acresce:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. (...) são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão.<sup>36</sup>

Tal atitude é – como adiantou René Rémond – eminentemente política, “o ponto para onde conflui a maioria das atividades”<sup>37</sup>.

Recebido em: 06/08/2012.  
Aprovado em: 19/12/2012.

<sup>35</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 17.

<sup>36</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, pp. 39 e 41.

<sup>37</sup> RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/UFRJ, 1996, p. 447.